

Problemas fundiários geram tensão social

190
As tensões sociais registradas em algumas regiões do Mato Grosso do Sul, onde persistem conflitos fundiários, levaram o governador Wilson Barbosa Martins a solicitar pessoalmente a intervenção da Secretaria de Justiça para a busca de soluções a curtíssimo prazo. No Estado atualmente perto de 4 mil famílias de arrendatários, posseiros, ilhéus e ribeirinhos estão envolvidos em conflitos muitas vezes com violência, gerando intranquilidade e dificultando o desenvolvimento sócio-econômico da região.

De acordo com relatório preparado pelo Departamento de Terras e Colonização — TERRASUL — que foi encaminhado ao Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, em nada menos de 28 municípios sul mato-grossense, 3.957 famílias — das quais 1.145 sob ameaça de eminente despejo — aguardam soluções que envolvem decisões do Poder Público.

O confronto que atingiu os arrendatários origina-se quando o proprietário deseja de volta a terra dada em arrendamento. Este tipo de pro-

blema ocorre nos Municípios de Naviraí, Sete Quedas, Eldorado, Taquarussu, Batayporã, Angélica, Deodápolis, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Nova Andradina, Ivinhema e Cassilândia, onde 925 famílias estão em permanente ameaça de despejo judicial.

Os posseiros estão localizados em regiões não-povoadas e em permanente tensão social. Há litígios, de acordo com os dados do Terrasul, nos Municípios de Coxim, Bodoquena, Porto Murtinho, Naviraí e Bonito.

Em virtude das construções das barragens do Rio Paraná (Porto Primavera e Ilha Grande), as águas dos rios desalojaram os ribeirinhos e ilhéus nos Municípios de Três Lagoas, Brasilândia, Bataguassu, Anaurilândia, Batayporã, Taquarussu, Jateí, Naviraí, Itaquiraí, Eldorado e Mundo Novo, atingindo 1.800 famílias, as quais são assistidas pelo Governo do Estado, que semanalmente distribui toneladas de alimentos, além da prestação de assistência médico-sanitária.

Reserva indígena

No Município de Porto Murtinho,

onde está localizada a reserva indígena dos kadiwêus, 436 famílias de posseiros convivem com os indígenas. O ponto mais complexo de conflito está na diferença de 165.511 hectares provocada por medição feita em época recente, a mando da Funai. Dessa forma, a discussão é se realmente os posseiros ocupam as terras dos índios, uma vez que o antigo Estado de Mato Grosso lhes reservou, por usufruto vitalício, 373.024 hectares, e em 1978 a Funai delimitou, de forma unilateral, 538.535 hectares, abrangendo inclusive, área de antigos proprietários legalmente habilitados.

A questão arrasta-se por décadas, sem que nenhuma providência mais objetiva tenha sido adotada em função dos inúmeros interesses políticos e econômicos envolvidos na área. Agora, o novo Governo estadual, através da Secretaria de Justiça e do Terrasul, vem envidando todos os esforços para a sua solução. Um completo relatório, contendo depoimentos das partes envolvidas, foi entregue ao Ministro Danilo Venturini, da pasta de Assuntos Fundiários, que dentro em breve dará a conhecer uma solução para o problema

através da conclusão dos trabalhos de uma comissão interministerial formada por representantes do Ministério do Interior, Assuntos Fundiários, Incra, Funai, além do Governo Estadual, representado pelo Terrasul, na pessoa de seu Diretor-Geral, Euclýdes de Faria.

Recentemente a situação da reserva indígena de Bodoquena motivou o surgimento de inúmeros fatos de conotação essencialmente política. Parlamentares do partido de oposição ao Governo estadual levantaram a hipótese de que a tensão vivida na área era provocada pela ação governamental. Tal episódio motivou a convocação do Secretário Juarez Marques Batista para efetuar depoimento na Assembléia Legislativa.

Por mais de seis horas consecutivas, o Secretário de Justiça não somente defendeu-se das acusações que lhe foram impostas, como destacou a importância da participação de todos os segmentos da sociedade sem caracterização partidária, em busca de soluções para os conflitos sociais motivados por questões fundiárias.